



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012561-68.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Dalva Eliete Tello da Silva**
 Requerido: **Banco do Brasil S.a.**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

DALVA ELIETE TELLO DA SILVA propôs ação de indenização por danos morais em face de **BANCO DO BRASIL**. Em síntese, alega que o requerido promoveu ação de busca e apreensão em seu detrimento, no ano de 2009, a qual culminou no bloqueio do veículo Fiat Palio ED, Ano 1997, Placas BFY 5771, Chassi 9BD178016V0245304, veículo que estava alienado fiduciariamente. Assevera, ainda, que em 08/08/2010 houve a apreensão do veículo, recolhido ao Pátio da Polícia Militar de Araraquara, notícia da qual o requerido teve ciência em 09/09/2015, quando a apreensão foi noticiada naqueles autos. Entretanto, a ação de busca e apreensão foi arquivada sem a retirada do veículo do pátio, por inércia do requerido e o nome da autora foi incluído nos cadastros de proteção ao crédito por dívidas de IPVA e DPVAT do referido veículo, datadas de 2011 a 2015. Requereu a retirada do veículo do pátio pelo requerido, e as providências para a realização da alienação, saldando os débitos fiscais gerados desde o deferimento da busca e apreensão (IPVA, DPVAT e taxas referentes aos anos de 2011 à 2015), além de indenização por danos morais.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 07/36.

A gratuidade foi deferida à fl. 37.

O requerido, citado (fl. 41), apresentou resposta na forma de contestação (fls. 42/67). Preliminarmente, alegou a impossibilidade jurídica do pedido e a ilegitimidade passiva. No mérito, argumentou que o veículo não foi localizado pelas diligências empreendidas na ação de busca e apreensão, mas sim pela Polícia Rodoviária. Aduz, ainda, que a requerente deixou de pagar as parcelas do financiamento, bem como os impostos e taxas pendentes sobre o veículo, o que gerou, por sua própria culpa e responsabilidade, a restrição judicial. Alega que não cometeu nenhum ato ilícito, sendo incabível a indenização por danos morais.

Réplica às fls. 75/79.

Realizada audiência de conciliação, a mesma restou infrutífera (fl. 103).

À fl. 107 a autora informou que o veículo continua no pátio, juntando fotos.

Após encerrada a instrução processual, sobrevieram alegações finais às fls. 117/119 e 125/127.

Julgamento convertido em diligência, vindo cópias integrais do processo de busca e apreensão nº 0021854-89.2009, da 4ª Vara Cível local (fls. 140/251).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de pedido de indenização por danos morais que a autora interpôs em face do Banco réu em razão da negativação de seu nome, frente ao inadimplemento em relação aos valores de IPVA de 2011 a 2015 e DPVAT de 2014 e 2015, já que o veículo, objeto da ação, fora apreendido em ação de busca e apreensão julgada pela 4ª Vara local e permaneceu apreendido no pátio da Polícia Rodoviária de Araraquara-SP, desde agosto de 2010 até os dias de hoje, diante da inércia do requerido.

Preliminarmente, não há que se falar em ilegitimidade passiva do réu. A autora comprova devidamente a relação jurídica existente entre as partes, sendo que o próprio réu postulou em juízo, em face da autora, a apreensão do bem alienado fiduciariamente, o que o torna legítimo para a discussão da responsabilidade sobre os débitos do veículo, ficando, pois, afastada tal preliminar.

Ademais, hodiernamente, com o advento do Novo Código de Processo Civil, a possibilidade jurídica do pedido não consta mais do rol do art. 485, sendo matéria de mérito e, assim, com ele será analisada.

Dito isto, passo à análise do mérito.

Em que pesem as alegações da autora, não há como se compelir o banco réu a retirar veículo que é de sua propriedade, do pátio onde se encontra, e realizar a venda para saldar os débitos fiscais.

Frise-se que a alienação do veículo após a apreensão tem o condão de saldar a dívida pelo inadimplemento contratual – contrato de financiamento com cláusula de alienação fiduciária em garantia -, sendo que existindo saldo positivo em relação ao valor da venda, o banco pode se utilizar dele para quitar também os débitos fiscais. Em casos diversos, quando o valor arrecadado com a venda não é suficiente para saldar a dívida do contrato, o credor fiduciário pode executar o restante, buscando inclusive outros bens do devedor fiduciante.

A responsabilidade pelo pagamento dos valores de IPVA e DPVAT, na alienação fiduciária, é solidária entre credor e devedor, não podendo a autora se eximir do pagamento destes valores, enquanto não há resolução do contrato entabulado entre as partes.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR - IPVA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO DEVEDOR E CREDOR FIDUCIÁRIO - LEI Nº. 14.937/2003 - SENTENÇA MANTIDA. A responsabilidade pelo pagamento do IPVA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

incidente sobre veículo objeto de alienação fiduciária é solidária entre o devedor e o credor fiduciário, consoante o artigo 5º da Lei nº.14.937/2003.(STJ: Resp 1.344.288 MG. Julgado em 21/05/2015. Relator: Ministro Humberto Martins).

Fica claro, com os documentos acostados aos autos, que a busca e apreensão do veículo foi solicitada pelo banco réu, em razão do inadimplemento da devedora fiduciária, ora autora. Esta, entretanto, não traz aos autos nenhuma informação quanto à resolução do contrato de financiamento, advindo da apreensão do veículo, não havendo notícia acerca do adimplemento da dívida ou não, objeto daquela ação de Busca e Apreensão.

Por óbvio que aquele que desejou apreender o veículo tem o dever de retirá-lo do pátio onde se encontra, arcando com o pagamento, dentro dos limites legais, das despesas, incluindo as taxas de remoção e de estadia, que eventualmente incidam sobre o veículo objeto da alienação fiduciária. No entanto, fica a critério do banco credor o momento da retirada do bem e sua venda. Possíveis sanções pela não retirada do veículo só poderão acarretar em prejuízos ao próprio banco e não à autora.

Frise-se que apenas em 2015 adveio sentença de procedência (fl. 242), consolidando a posse e o domínio do bem nas mãos do banco réu, e somente a partir dessa data é que nenhuma relação teria, a autora, com o bem.

Desta forma, não há que se falar em obrigação do réu em retirar o veículo e saldar as dívidas fiscais que recaem sobre ele.

Vale lembrar, ainda, que a negativação foi realizada pela Procuradoria Geral do Estado, que não compõe a lide. Assim, nenhuma decisão pode alcançá-la. Ao que parece, a autora pediu em face de quem não era responsável pelo ato...

Dito isso, não se pode deixar de observar, entretanto, que a autora sofreu prejuízos pela desídia do banco, que não tomou as medidas necessárias para a solução daquela primeira lide, decorrendo longo tempo para a regularização da situação do bem e para a resolução em definitivo do contrato de financiamento. Assim, deverá arcar com os danos morais advindos de sua atitude.

Cumprе destacar que na fixação do valor da indenização por dano moral, à falta de regulamentação específica, certos fatores têm sido apontados como determinantes do alcance da indenização. A conduta das partes, condições econômicas do ofendido e do ofensor e a gravidade do dano são de suma importância dentre os fatores hauridos da experiência comum. O valor da indenização deve ser arbitrado considerando, ainda, que deve servir como fator de reparação à lesão sofrida pela parte autora e também, deve ter caráter pedagógico de forma a desestimular comportamentos semelhantes ao praticado pelo réu.

Neste sentido é a transcrição sobre o assunto, inserta in Dano Moral Indenizável, do autor Antonio Jeová Santos, 4ª Edição, Editora RT, pág. 162:

A indenização do dano moral, além do caráter ressarcitório, deve servir como sanção exemplar. A determinação do montante indenizatório deve ser fixado tendo em vista a gravidade objetiva do dano causado e a repercussão que o dano teve na vida do prejudicado, o valor que faça com que o ofensor se evada de novas indenizações, evitando outras infrações danosas. Conjuga-se, assim, a teoria da sanção exemplar à do caráter ressarcitório, para que se tenha o esboço do quantum na fixação do dano moral.

A fixação deve observar ainda o não enriquecimento ilícito da autora, até porque



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

foi a inadimplência dela que causou o ajuizamento da ação de busca e apreensão.

Nesse sentido, considerando a desídia do banco réu para com a autora, fixo a indenização por dano moral em R\$ 3.000,00, quantia que entendo suficiente para reparar a dor sofrida pela parte autora, sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, servindo de fator intimidativo à parte ré, na prevenção de condutas semelhantes à discutida nos presentes autos.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, com fundamento no art. 487, inciso I, do NCPC e condeno o réu ao pagamento do valor de R\$ 3.000,00 a título de Danos Morais, devendo o valor ser corrigido monetariamente pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde a data publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362, do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, do mesmo marco, considerando que o fator tempo foi levado em conta para a sua fixação.

Com o trânsito em julgado, querendo, a parte autora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão rateadas na proporção de 50% para cada parte, arcando, cada qual com os honorários de seu patrono, observando-se, ainda, a gratuidade concedida à autora.

P.I.

São Carlos, 02 de Fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**